



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

o Poder
Ubiraci Carvalho
Diretora Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 034 /2007, DE 03 DE MAIO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 07 maio 2007

Estabelece a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Aos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas incluídas no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravos ficam estabelecidas, automaticamente e de imediato, as seguintes penalidades:

- I - suspensão de isenção, anistia e remissão de quaisquer tributos;
- II - suspensão de parcelamento de dívidas fiscais devidas ao Tesouro Estadual, instituídas por Lei, com a imediata exigência do pagamento;
- III - suspensão de diferimento do pagamento de tributos estaduais;
- IV - proibição de participar de licitações e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, serviços, obras, fornecimento de produtos e bens de quaisquer naturezas;

el

Número	AL-1154/07
Data	09.05.07
Assinatura	Roberto de Lencastre
Matrícula	Nº 034107



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

PROJETO DE LEI Nº 034 /2007, DE 03 DE MAIO DE 2007

Dep. Ubiraci Carvalho
Diretora Legislativa

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 07 maio 2007

Estabelece a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Aos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas incluídas no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravos ficam estabelecidas, automaticamente e de imediato, as seguintes penalidades:

- I - suspensão de isenção, anistia e remissão de quaisquer tributos;
- II - suspensão de parcelamento de dívidas fiscais devidas ao Tesouro Estadual, instituídas por Lei, com a imediata exigência do pagamento;
- III - suspensão de diferimento do pagamento de tributos estaduais;
- IV - proibição de participar de licitações e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, serviços, obras, fornecimento de produtos e bens de quaisquer naturezas;

AL

Nº	01-1134/07
Data	09.05.07
Assinatura	<i>Roberto de lei</i>
Nº	034/07



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

e Pior...

Ubiraci Carvalho
Diretor Legislativo

PROJETO DE LEI Nº 034 /2007, DE 03 DE MAIO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE
Em: 07 maio 2007

Estabelece a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Aos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas incluídas no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravos ficam estabelecidas, automaticamente e de imediato, as seguintes penalidades:

- I - suspensão de isenção, anistia e remissão de quaisquer tributos;
- II - suspensão de parcelamento de dívidas fiscais devidas ao Tesouro Estadual, instituídas por Lei, com a imediata exigência do pagamento;
- III - suspensão de diferimento do pagamento de tributos estaduais;
- IV - proibição de participar de licitações e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, serviços, obras, fornecimento de produtos e bens de quaisquer naturezas;

AL

Número	11-1154/07
Data	09-05-07
Assinatura	Projeto de lei
Nº	034/07



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

V - proibição de participarem de programas de desenvolvimento, de fomento e de apoio à produção, à indústria e ao comércio financiados parcialmente ou integralmente com recursos Públicos Estaduais; e

VI - proibição de serem beneficiados por programas e/ou ações de entidades civis e fundações privadas que recebam recursos Públicos Estaduais.

Art. 2º. As penalidades estabelecidas no artigo anterior serão aplicadas a partir da data de inclusão do empregador penalizado no Cadastro de que trata o art. 1º desta Lei e perdurará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da inserção no referido Cadastro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 . Revogam-se as disposições em contrário.


Luiz Ubiraci de Carvalho
Deputado Estadual



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

V - proibição de participarem de programas de desenvolvimento, de fomento e de apoio à produção, à indústria e ao comércio financiados parcialmente ou integralmente com recursos Públicos Estaduais; e

VI - proibição de serem beneficiados por programas e/ou ações de entidades civis e fundações privadas que recebam recursos Públicos Estaduais.

Art. 2º. As penalidades estabelecidas no artigo anterior serão aplicadas a partir da data de inclusão do empregador penalizado no Cadastro de que trata o art. 1º desta Lei e perdurará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da inserção no referido Cadastro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 . Revogam-se as disposições em contrário.


Luiz Ubiraci de Carvalho
Deputado Estadual



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

JUSTIFICATIVA

Através da Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, editada pelo Ministro do Trabalho e Emprego, foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, a chamada lista suja divulgada pelo governo federal.

A inclusão de empregadores infratores à legislação trabalhista somente ocorre após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.

Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Ethos e a ONG Repórter Brasil desenvolveram um sistema de busca facilitado com base no citado Cadastro de Empregadores criado pela Portaria 540 de 15/10/2004/MTE. Dessa forma, pode-se consultar se determinada propriedade está na relação. A lista também traz o nome dos empregadores que foram autuados pela prática de trabalho escravo ou por terem mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos

O acesso a esse banco de dados é livre e as informações são constantemente atualizadas com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Estado do Piauí, por possuir um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano da federação, está entre os maiores fornecedores de pessoas destinadas ao trabalho escravo no Brasil. A miséria extrema gera um contingente de reserva de mão-de-obra, tornando o trabalhador descartável.

Portanto, o presente projeto de lei visa contribuir para a erradicação de uma vez por todas do trabalho escravo no Piauí, proibindo a concessão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no

el



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

JUSTIFICATIVA

Através da Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, editada pelo Ministro do Trabalho e Emprego, foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, a chamada lista suja divulgada pelo governo federal.

A inclusão de empregadores infratores à legislação trabalhista somente ocorre após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.

Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Ethos e a ONG Repórter Brasil desenvolveram um sistema de busca facilitado com base no citado Cadastro de Empregadores criado pela Portaria 540 de 15/10/2004/MTE. Dessa forma, pode-se consultar se determinada propriedade está na relação. A lista também traz o nome dos empregadores que foram autuados pela prática de trabalho escravo ou por terem mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos

O acesso a esse banco de dados é livre e as informações são constantemente atualizadas com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Estado do Piauí, por possuir um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano da federação, está entre os maiores fornecedores de pessoas destinadas ao trabalho escravo no Brasil. A miséria extrema gera um contingente de reserva de mão-de-obra, tornando o trabalhador descartável.

Portanto, o presente projeto de lei visa contribuir para a erradicação de uma vez por todas do trabalho escravo no Piauí, proibindo a concessão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no

el



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego -MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos.

Vale ressaltar, que o presente projeto-de-lei não está usurpando competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, mas tão-somente instituindo penalidades no campo tributário e administrativo no plano estadual por consequência da infração à legislação trabalhista, matérias estas insertas na competência legislativa do estado federado.

Por fim, o presente projeto de lei vem ao encontro, ainda, dos princípios insertos na Carta-compromisso de iniciativa da Ong Repórter Brasil que visa erradicar o trabalho escravo no Brasil, subscrita pelo Governador Wellington Dias, um dos quatro governadores eleitos do Brasil que assinaram aquele documento.


Luiz Ubiraci de Carvalho
Deputado Estadual



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego -MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos.

Vale ressaltar, que o presente projeto-de-lei não está usurpando competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, mas tão-somente instituindo penalidades no campo tributário e administrativo no plano estadual por consequência da infração à legislação trabalhista, matérias estas inseridas na competência legislativa do estado federado.

Por fim, o presente projeto de lei vem ao encontro, ainda, dos princípios insertos na Carta-compromisso de iniciativa da Ong Repórter Brasil que visa erradicar o trabalho escravo no Brasil, subscrita pelo Governador Wellington Dias, um dos quatro governadores eleitos do Brasil que assinaram aquele documento.


Luiz Ubiraci de Carvalho
Deputado Estadual



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
GABINETE DEP. UBIRACI CARVALHO

PROJETO DE LEI Nº 034 /2007, DE 03 DE MAIO DE 2007

Dep. Ubiraci Carvalho
Diretora Legislativa

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 07 maio 2007

Estabelece a suspensão de quaisquer benefícios fiscais e a proibição de contratação pela Administração Pública Estadual, de empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, incluídos no Cadastro de Empregadores, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Aos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas incluídas no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravos ficam estabelecidas, automaticamente e de imediato, as seguintes penalidades:

- I - suspensão de isenção, anistia e remissão de quaisquer tributos;
- II - suspensão de parcelamento de dívidas fiscais devidas ao Tesouro Estadual, instituídas por Lei, com a imediata exigência do pagamento;
- III - suspensão de diferimento do pagamento de tributos estaduais;
- IV - proibição de participar de licitações e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, serviços, obras, fornecimento de produtos e bens de quaisquer naturezas;

AL

Nº	01-1134/07
Data	09.05.07
Assinatura	<i>Roberto de lei</i>
Nº	034/07